



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

FORNECIMENTO DE 6.600 (SEIS MIL E SEISCENTOS) VASILHAMES PLÁSTICOS RETORNÁVEIS, GALÕES CONTENDO 20 (VINTE) LITROS DE ÁGUA MINERAL PARA A SEDE DA 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, PROJETO PONTAL E CENTRO INTEGRADO DE RECURSOS PESQUEIROS E AQUICULTURA DE BEBEDOURO, LOCALIZADOS NO ESTADO DE PERNAMBUCO.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

ÍNDICE

01. OBJETO
02. DESCRIÇÃO GERAL
03. DA PARTICIPAÇÃO
04. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS
05. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
06. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS
07. DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
08. DA FASE DE LANCES
09. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS
10. DA HABILITAÇÃO
11. DO CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE
12. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL
13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
16. DO PRAZO DE FORNECIMENTO E LOCAL DE ENTREGA
17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
18. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS
19. MULTAS
20. FISCALIZAÇÃO
21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
22. DISPOSIÇÕES GERAIS

ANEXOS

- ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO
- ANEXO II – TERMO DE PROPOSTA



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

TERMO DE REFERÊNCIA ÁGUA MINERAL

1. OBJETO

- 1.1. Fornecimento de 6.600 (seis mil e seiscentos) vasilhames plásticos retornáveis, galões contendo 20 (vinte) litros de água mineral para a Sede da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, Projeto Pontal e Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Bebedouro, localizados no Estado de Pernambuco.

2. DESCRIÇÃO GERAL

- 2.1. Fornecimento de 6.600 (seis mil e seiscentos) vasilhames plásticos retornáveis, galões contendo 20 (vinte) litros de água mineral para a Sede da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, Projeto Pontal e Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Bebedouro, localizados no Estado de Pernambuco, conforme entrega descrita no item 16.3.

3. DA PARTICIPAÇÃO

- 3.1. Esta licitação destina-se exclusivamente as micros e pequenas empresas conforme o Art. 6º do Decreto 6.204/2007 que atendam a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus anexos, que estejam obrigatoriamente cadastrados no SICAF e estejam previamente credenciados na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI (provedor do sistema), através do sítio www.comprasnet.gov.br para acesso ao sistema eletrônico.
- 3.2. Para participação no pregão eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório (§ 2º do art. 21 do Decreto n.º 5.450/2005).
- 3.3. A participação na licitação implica na aceitação plena e irrevogável do ato convocatório, bem como na observância dos regulamentos e normas administrativas e técnicas aplicáveis, observando-se o disposto neste Edital e de seus anexos e a responsabilidade pela autenticidade e fidelidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.
- 3.4. Não será permitida a participação sob a forma de consórcio, e nem a subcontratação do fornecimento objeto deste Edital.
- 3.5. Caberá ao licitante interessado em participar do pregão eletrônico:
- a) Credenciar-se no SICAF;
 - b) Remeter, no prazo estabelecido no subitem 6.1 do Edital, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta de preços.
 - c) Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CODEVASF responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 13, inciso III, do Decreto 5.450/05).
 - d) Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, Decreto 5.450/2005).
 - e) Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a viabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
 - f) Utilizar-se de chave de identificação e da senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.
 - g) Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

3.6. A participação no pregão eletrônico dar-se-á pela utilização da senha privativa do licitante.

3.7. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas:

- a) Em processo de recuperação judicial ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação.
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar suspenso com qualquer órgão integrante do SISG/SIASG, ou que por estes tenham sido declaradas inidôneas.
- c) Cujos empregados, diretores, responsáveis técnicos ou sócios figurem como funcionários ou ocupantes de função gratificada na CODEVASF.
- d) Estrangeiras que não estejam autorizadas a operar no País.

4. INTERPRETAÇÃO E ESCLARECIMENTOS

- 4.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no sítio www.comprasnet.gov.br, ou pelo e-mail 3sl@codevasf.gov.br. As consultas formuladas fora deste prazo serão consideradas como não recebidas.
- 4.2. A licitante deverá, além das informações específicas requeridas pela CODEVASF, adicionar quaisquer outras que julgar necessárias. Somente serão aceitas normas conhecidas que assegurem a qualidade igual ou superior ao objeto deste Edital.
- 4.3. As licitantes deverão estudar minuciosa e cuidadosamente a documentação, informando-se de todas as circunstâncias e detalhes que possam, de algum modo, afetar o fornecimento, seus custos e prazos.
- 4.4. Analisando as consultas, a CODEVASF deverá esclarecê-las e, acatando-as, deverá alterar ou adequar os elementos constantes do Edital e seus anexos, comunicando sua decisão, também por meio eletrônico via internet, no sítio www.codevasf.gov.br.
- 4.5. A apresentação da proposta tornará evidente que a licitante examinou minuciosamente toda a documentação deste Edital e seus anexos, que a comprovou e a encontrou correta. Evidenciará, também, que a licitante obteve da CODEVASF, satisfatoriamente, as eventuais informações e esclarecimentos solicitados, tudo resultando suficiente para a elaboração da proposta apresentada, logo implicando aceitação plena de suas condições.

5. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 5.1. Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico os licitantes que queiram participar do pregão na forma eletrônica.
- 5.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto nº 5.450/2005), devendo ser providenciado no sítio: www.comprasnet.gov.br.
- 5.3. O credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
- 5.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverá ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema, para imediato bloqueio de acesso.
- 5.5. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico (art. 3º, § 6º, do Decreto nº 5.450/2005).
- 5.6. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à CODEVASF, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

6. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 6.1. Após a divulgação do edital no Comprasnet, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição detalhada, obrigatoriamente, do objeto ofertado e os preços unitário e total, estando incluídos todos os impostos, taxas e despesas, tais como frete, carga, descarga, seguro e quaisquer outros incidentes sobre os itens do objeto deste pregão, bem como **Anexo da Proposta**, contendo a descrição completa de item ofertado, **conforme descrito no modelo constante do Anexo II** deste Edital, que faz parte integrante do mesmo, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**. (art. 21, § 1º, Decreto 5.450/2005).
- 6.1.1. O Anexo referido no item anterior deverá ser enviado após convocação pelo sistema eletrônico, devidamente atualizado, **no prazo de 04 (quatro) horas**, após a solicitação do pregoeiro.
- 6.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances (art. 13, inciso III, do Decreto 5.450/2005).
- 6.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, Decreto 5.450/2005).
- 6.5. Na proposta de preços, estabelecida no subitem 6.1, o licitante deverá descrever obrigatoriamente a especificação completa do objeto/item ofertado, **no campo “descrição complementar”**, em língua portuguesa, compatível com o Edital, indicando claramente o fabricante/marca, prazo de garantias e demais especificações conforme subitem 2.1 e no Termo da Proposta do Anexo II, não sendo aceitas adaptações, modificações e alterações não previstas nos seus manuais.
- 6.6. Apresentada a proposta, ainda que omisso em sua descrição, o licitante compromete-se a fornecer o objeto sem preterição de nenhum item da especificação constante do subitem 2.1 e no Termo da Proposta do Anexo II deste Edital.
- 6.7. Não serão consideradas propostas ou lances com quantidade, inferior à solicitada neste Edital.
- 6.8. O prazo de validade da proposta será 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura deste Pregão, sujeito à revalidação por idêntico período.
- 6.9. Em caso de divergência entre o preço unitário e o total será considerado válido o unitário, e entre o valor expresso em algarismo e por extenso será considerado válido o por extenso.
- 6.10. A licitante deverá apresentar descrição detalhada do objeto, indicando: marca, fabricante, tipo do material do garrafão - preferencialmente transparente; capacidade para acondicionamento; procedência e validade impressas na embalagem do produto.
- 6.11. Os produtos deverão estar de acordo com os padrões estabelecidos pelo Departamento Nacional de produção Mineral – DNPM e Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.
- 6.12. As licitantes classificadas como Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte deverão declarar, no ato do envio de suas propostas, em campo próprio do sistema, que atende os requisitos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.

7. DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 7.1. Após a divulgação do edital no Comprasnet, os licitantes deverão encaminhar proposta com a descrição detalhada, obrigatoriamente, do objeto ofertado, conforme consta do item 2 e os preços unitário e total, estando incluídos todos os impostos, taxas e despesas, tais como frete, carga, descarga, seguro e quaisquer outros incidentes sobre o objeto deste pregão. **Deverá constar da sua proposta, detalhadamente, todo o conteúdo dos ANEXO II e III,**

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

integrante deste Edital, até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**. (art. 21, § 1º, Decreto 5.450/2005).

- 7.1.1. Todo o conteúdo exigido no item anterior deverá: ser enviado no momento do envio da proposta, por meio do sistema eletrônico. **Nos arquivos anexados no sistema com o conteúdo da Proposta não poderá conter dados que permitam identificar a empresa, reservando-se o sigilo deste pregão.**
- 7.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.
- 7.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta e lances (art. 13, inciso III, do Decreto 5.450/2005).
- 7.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (art. 13, inciso IV, Decreto 5.450/2005).
- 7.5. Na proposta de preços e no respectivo ANEXO (modelo constante do Anexo II, deste Edital), estabelecida no subitem 6.1, o licitante deverá descrever obrigatoriamente a especificação completa do objeto/item ofertado, **no campo “descrição complementar”**, em língua portuguesa, compatível com o Edital. Deverá indicar claramente o fabricante/marca, prazo de garantias e demais especificações conforme item 2, não sendo aceitas adaptações, modificações e alterações não previstas nos seus manuais.
- 7.6. O prazo de validade da proposta será 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura deste Pregão, sujeita à revalidação por idêntico período.
- 7.7. Em caso de divergência entre o preço unitário e o total será considerado válido o unitário, e entre o valor expresso em algarismo e por extenso será considerado válido o por extenso.

8. DA FASE DE LANCES

- 8.1. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.
- 8.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 8.3. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 8.4. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada à identificação do detentor do lance.
- 8.6. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro, mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.7. Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá encaminhar pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes do presente edital.
- 8.8. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

- 8.9. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.10. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.10.1. Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no sítio do Comprasnet utilizado para divulgação.

9. DA ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 9.1. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar (menor preço) quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação do licitante em conformidade com a documentação exigida no item 10 do edital.
- 9.2. A proposta de preços, estabelecida no subitem 6.1 e 6.5, que compreende a descrição do serviço ofertado e os preços unitário e total do item, deverá ser reformulada, com os preços atualizados, após a fase de lances e enviada em formulário específico, mediante o sistema eletrônico, conforme modelo constante do Anexo II deste Edital – TERMO DE PROPOSTA, que faz parte integrante do mesmo, **no prazo de 04 (quatro) horas**, após a solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico.
- 9.3. Os documentos quando encaminhados pelo sistema, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, no prazo **de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do encerramento da sessão.
- 9.4. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.
- 9.4.1. Ocorrendo a situação a que se refere o item acima, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 9.5. Como critério de desempate as empresas serão convocadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico, para apresentarem nova proposta.
- 9.6. Serão desclassificadas as propostas que:
- a) Não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos;
 - b) Contemplarem preços manifestamente inexeqüíveis.
 - c) Apresentar preço superior ao orçado pela CODEVASF;
 - d) Apresentar preços unitários superiores aos valores unitários orçados pela CODEVASF, ainda que o valor global da proposta seja inferior ao valor global orçado pela CODEVASF.

10. DA HABILITAÇÃO

- 10.1. A documentação obrigatória (RECEITA FEDERAL, DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, FGTS e SEGURIDADE SOCIAL - INSS) e a habilitação parcial (RECEITA ESTADUAL e RECEITA MUNICIPAL) do(s) licitante(s) serão verificadas “on line” no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF.
- 10.2. Além da documentação constante do subitem 10.1, para habilitação dos licitantes, serão exigidos os seguintes documentos:
- a) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou execução patrimonial expedida pelo domicílio de pessoa física;
 - b) Declaração da licitante de que não foi declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, e que não está impedida de licitar ou contratar com a CODEVASF,



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

bem como de que cumpre o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal (Anexo I);

- c) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – (CNDT), com prazo de validade em vigor.
- 10.3. A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar também o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 10.4. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 10.5. Caso a(s) certidão(ões) expedida(s) pela(s) Fazenda(s) Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal seja(m) POSITIVA(S), a(s) Certidão(ões) Positiva(s) com efeito negativo deverá(ão) contar expressamente na(s) mesma(s) o efeito negativo nos termos do art. 206 do CTN ou a juntada de documentos comprovando que o débito foi parcelado pelo próprio emitente do documento ou que a sua cobrança está suspensa ou, se contestado, foi garantida a execução mediante depósito em dinheiro ou através de oferecimento de bens, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias, da data de recebimento das propostas.
- 10.6. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF deverão encaminhados assim que convocado no sistema eletrônico no **prazo de 04 (quatro) horas** após a solicitação do pregoeiro.
- 10.7. Os documentos quando encaminhados pelo sistema, deverão ser apresentados em original ou por cópia autenticada, **no prazo de 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do encerramento da sessão.
- 10.8. Para fins de habilitação, a CODEVASF poderá consultar, nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, os documentos não contemplados no SICAF ou que nele esteja vencido, o que constitui meio legal de prova.
- 10.9. A não apresentação ou a não comprovação de regularidade de qualquer dos documentos indicados no item 10 deste edital implicará a inabilitação da proponente.
- 10.10. Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.
- 10.11. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação. (§ 3º do art. 26 do Decreto 5.450/05).
- 10.12. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos requeridos neste Edital e seus Anexos.
- 10.13. Nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006, em se tratando das microempresas e empresas de pequeno porte, a comprovação de regularidade fiscal somente será exigida para efeito de assinatura do contrato. Contudo, deverão apresentar toda a documentação exigida

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. (art. 43, caput da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).

10.14. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da CODEVASF, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).

10.15. A não-regularização da documentação dentro do prazo previsto no subitem 10.16 implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à CODEVASF convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação (art. 43, § 2º, da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006).

11. DO CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

- 11.1. Os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- 11.2. Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 11.3. Os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- 11.4. Os bens não devem conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (**Restriction of Certain Hazardous Substances**), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);
- 11.5. A comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital;
- 11.6. Selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, o órgão ou entidade contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante selecionada. O edital ainda deve prever que, caso não se confirme a adequação do produto, a proposta selecionada será desclassificada.

12. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 12.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, na forma eletrônica.
- 12.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.
- 12.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 13.1. Declarado o vencedor, após a fase de habilitação, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

recorrente, sendo-lhe assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses. (Art. 26, caput, Decreto 5.450, de 31/05/05)

- 13.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 13.3. Qualquer recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 13.4. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.5. As razões dos recursos deverão ser apresentadas por escrito, tempestivamente, no endereço abaixo, e dirigidas ao Pregoeiro, que decidirá sobre eles, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão.
- 13.6. Os autos do processo, até o final do prazo recursal, permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na Secretaria Regional de Licitações – 3ª SR/SL, na Rua Presidente Dutra, 160 – Centro – Petrolina/PE – CEP: 56.304-914 - Telefone: (87) 3866-7700, nos dias úteis no horário das 8 às 12 h e das 13h30min às 17 horas.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 14.1. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo Pregoeiro sempre que não houver recurso.
- 14.2. A homologação da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação dos itens aos proponentes vencedores pelo Pregoeiro, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.
 - 14.2.1. A autoridade competente poderá encaminhar o processo ao setor que solicitou a aquisição com vistas à verificação da aceitabilidade dos itens cotados, antes da homologação do certame.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 15.1. O valor máximo global para a contratação do fornecimento é de R\$ 49.434,00 (quarenta e nove mil quatrocentos e trinta e quatro reais).
- 15.2. As despesas correrão por conta dos Programas de Trabalho:
 - 04.122.2111.2000.0001 - Administração da Unidade - Nacional - Custeio Administrativo da CODEVASF - PTRES 089684;
 - 20.607.2013.5260.0026 - Implantação do Perímetro de Irrigação PONTAL com 7.862 há - No Estado de Pernambuco - PTRES 089707;
 - 20.608.2052.2819.0026 - Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - PLANO BRASIL SEM MISÉRIA - PTRES 089673.Natureza de Despesa 339030-04.

16. DO PRAZO DE FORNECIMENTO E LOCAL DE ENTREGA

- 16.1. O fornecimento dos vasilhames plásticos retornáveis, será feito semanalmente de acordo com consumo, terá a duração de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato.
- 16.2. O fornecimento dos galões de água mineral pela empresa vencedora será semanal e na Sede da 3ª SR, na Rua Presidente Dutra, nº 160 – Centro – Petrolina – PE.
- 16.3. O fornecimento deverá ser no dia de expediente normal da CODEVASF, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às, 17h30min, na 3ª SR através da 3ª GRA/USA, localizado na Rua Presidente Dutra, nº 160 – Centro – Petrolina/PE, dentro do prazo estabelecido, que será contado a partir da data de recebimento da ordem de fornecimento.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 17.1. O pagamento será efetuado mensalmente de acordo com a quantidade de galões consumidos no mês, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura de fornecimento, devidamente atestada pela Fiscalização.
- 17.2. Os pagamentos serão efetuados em real, após atestado o recebimento do fornecimento pelo fiscal da CODEVASF. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos após o fornecimento, com base nos preços unitários das propostas das contratadas, correspondentes aos quantitativos de fornecimentos efetivamente executados.
- 17.3. As faturas só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela área gestora e devem estar isentas de erros ou omissões, sem o que serão, de forma imediata, devolvidas à Contratada para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.
- 17.4. Os documentos de cobrança indicarão obrigatoriamente, o número e data de emissão da ordem de fornecimento, emitida pela CODEVASF e que cubram a execução do fornecimento.
- 17.5. A Nota Fiscal/Fatura deverá destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF n.º 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço”.
- 17.6. A empresa vencedora no certame se obriga a manter, durante todo o período de garantia, todas as condições de habilitação e qualificação ora exigida, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 17.7. A fatura só será liberada para pagamento depois de aprovada pela área gestora, e autorizada pelo Superintendente da 3ª Superintendência Regional. Deverá estar isenta de erros ou omissões, sem o que será, de forma imediata, devolvida à CONTRATADA para correções.
- 17.8. Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CODEVASF estará sujeito às retenções de que tratam o art. 31 da Lei n.º 8.212, de 1991, com redação dada pela Lei n.º 9.711, de 1998, o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.
- 17.9. Estando a contratada isenta das retenções referidas neste subitem, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.
- 17.10. É de inteira responsabilidade da licitante vencedora a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança, acompanhados dos seus respectivos anexos de forma clara, objetiva e ordenada, que se não for atendido, implica desconsideração pela CODEVASF, dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.
- 17.11. Atendido ao disposto nos itens anteriores a CODEVASF considera como data final do período de adimplemento, a dia útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento do fornecimento, a partir da qual será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, conforme estabelecido no Artigo 9º, do Decreto nº 1.054, de 07 de fevereiro de 1994.
- 17.12. Será considerado em atraso, o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 16.2, caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira, aplicando-se a seguinte fórmula:

AM = P x I, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

I = (1+im1/100)^{dx1/30} x (1+im2/100)^{dx2/30} x ... x (1+imn/100)^{dxn/30} - 1, onde:

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA no mês “m”;

d = Número de dias em atraso no mês “m”;

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária

- 17.12.1. Não sendo conhecido o índice para o período será utilizado, no cálculo, o último índice conhecido.
- 17.12.2. Quando utilizado o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.
- 17.12.3. Nos cálculos deverão ser utilizadas 5 (cinco) casas decimais.

18. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

Os preços serão fixos e irremovíveis.

19. MULTAS

- 19.1. Em caso de inadimplemento, por parte da licitante vencedora de quaisquer das cláusulas ou condições do contrato, à licitante vencedora será aplicada a multa no percentual de 0,1% (um décimo por cento) ao dia, sobre o valor global de contrato, até o limite de 20% (vinte por cento) do prazo contratual, o que dará ensejo a sua rescisão, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.
- 19.2. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF, após regular processo administrativo, consoante o art. 86, § 2º da Lei de Licitações:
 - a) A multa será deduzida do valor líquido do faturamento da licitante vencedora. Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a licitante vencedora será convocada para complementação do seu valor, no prazo de 10 (dez) dias.
 - b) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela licitante vencedora, esta será convocada a recolher ao Serviço de Finanças da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF o valor total da multa, no prazo de 10 (dez) dias contado a partir da data da comunicação.
- 19.3. A licitante vencedora terá um prazo de 10 (dez) dias corridos, contado a partir da data da ciência da aplicação da multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ouvido o fiscal designado para o acompanhamento do contrato, o recurso será apreciado pela 3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL da CODEVASF, que poderá rejeitar ou não a multa.
- 19.4. Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva no direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.
- 19.5. Caso o Comitê de Gestão da CODEVASF mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.

20. FISCALIZAÇÃO

- 20.1. A fiscalização dos serviços será feita diretamente pela CODEVASF-3ª/SR através de servidor formalmente designado na forma do Art. 67 da Lei nº 8.866/93, a quem compete verificar se a contratada está executando os fornecimentos, observando o contrato e os documentos que o integram.
- 20.2. A FISCALIZAÇÃO terá poderes para agir e decidir perante a licitante vencedora, inclusive rejeitando fornecimentos que estiverem em desacordo com o Edital, com as Normas Técnicas da ABNT e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

licitante vencedora a assegurar e facilitar o acesso da FISCALIZAÇÃO a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

- 20.3. A FISCALIZAÇÃO terá plenos poderes para sustar quaisquer fornecimentos que não estejam sendo executados dentro dos termos do Edital, dando conhecimento do fato à contratada.
- 20.4. A fiscalização dos fornecimentos, objeto deste Edital será realizada por técnico da CODEVASF e sob a coordenação deste podem atuar também, técnicos em áreas especializadas;
- 20.5. Toda comunicação da licitante vencedora à CODEVASF, deverá ser feita por escrito, via fiscalização;
- 20.6. Cabe ao Fiscal, a constatação de falhas, omissões ou negligências no fornecimento por parte da licitante vencedora.
- 20.7. Fica assegurado à Fiscalização o direito de acompanhar o andamento dos fornecimentos, como também ficará garantido a mesma acesso a quaisquer informações ou esclarecimentos julgados necessários;
- 20.8. Cabe ao Fiscal do CONTRATO, o recebimento e aprovação do objeto licitado.

21. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 21.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito de defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e seus Anexos e das demais cominações legais, conforme o art. 28 do Decreto 5.450/2005.
- 21.2. A multa constante do subitem 19.1 é meramente moratória, não isentando a contratada do ressarcimento por perdas e danos pelos prejuízos a que der causa.
- 21.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

22. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 22.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 22.2. É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do Processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 22.3. As situações não previstas neste Edital, inclusive as decorrentes de caso fortuito ou de força maior, serão resolvidas pelo Pregoeiro, ou pela autoridade competente, desde que pertinentes com o objeto do pregão e observada a legislação.
- 22.4. Devem ser registradas, por meio de Termo Aditivo, eventuais alterações que ocorrerem durante a execução do presente contrato, especialmente as referentes a fornecimentos extras. Fornecimentos/serviços extras não contemplados na planilha de preços da

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

contratada deverão ter seus preços fixados mediante prévio acordo. Ambas as hipóteses deverão ser previamente autorizadas/aprovadas pela autoridade competente.

- 22.5. A CODEVASF poderá revogar a licitação quando nenhuma das propostas satisfizer o objetivo da mesma, quando for evidente que tenha havido falta de competição, ou quando caracterizado o indício de colusão.
- 22.6. A CODEVASF poderá, ainda, revogar a licitação por razão de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente, e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer isento e devidamente fundamentado.
- 22.7. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.
- 22.8. A empresa contratada deverá cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental de acordo com as prescrições do subitem 22.9 a 22.9.4.
- 22.9. De acordo com a IN Nº 01 de 19 de janeiro de 2010, a Contratante exigirá o cumprimento dos seguintes critérios de sustentabilidade:
 - 22.9.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;
 - 22.9.2. Que sejam conservados os requisitos ambientais para a obtenção de Certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial – INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
 - 22.9.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir proteção durante o transporte e armazenamento;e
 - 22.9.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas com concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio(Hg), chumbo(Pb), cromo hexavalente(Cr(VI)), cádmio(Cd), bifenil-polibromados(PBBs), éteres difenil-polibromados(PBDEs).
- 22.10. Responsabiliza-se a licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos que vier causar à CODEVASF e a terceiros, em decorrência do fornecimento do contrato.
- 22.11. O licitante que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações.
- 22.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CODEVASF.
- 22.13. Para efeito da contagem dos prazos, o expediente na CODEVASF é das 8 às 12 h e das 13h30min às 17 horas, sendo considerado intempestivo o recurso ou representação quando não recebido pelo Pregoeiro ou pelo Protocolo da CODEVASF até às 17 horas do último dia do prazo recursal.
- 22.14. A homologação do resultado deste Pregão não implicará direito à contratação.
- 22.15. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, em especial a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Lei 10.520, de 17/07/2002, Decreto 3.722, de 09/01/2001, Decreto 3.555, de 08/08/2000 e Decreto 5.450, de 31/05/2005, e demais cominações legais.
- 22.16. Este Edital e seus anexos farão parte integrante do Contrato a ser firmado com a licitante vencedora, independente de transcrições.
- 22.17. O Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, em quaisquer das Varas Federais instaladas na cidade de Petrolina, será o competente para dirimir



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

questões oriundas da presente convocação, renunciando as partes, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Petrolina-PE, 11 de setembro de 2017.

EMILIANO DIAS FILHO
Chefe da Unidade Regional de Patrimônio, Material e Serviços Auxiliares – 3ª GRA/USA
CODEVASF – 3.ª SR

ANEXOS
DO
TERMO DE REFERÊNCIA



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

ANEXO I

(MODELO DE DECLARAÇÃO - PARA AS SITUAÇÕES PREVISTAS NO SUBITEM 10.3, “b”).

A Licitante _____, CNPJ/MF nº _____, por seu representante legal abaixo assinado, declara, sob as penalidades da Lei, que até a presente data, **NÃO EXISTE FATO QUE INVALIDE O SEU REGISTRO CADASTRAL NO SICAF/CRC**, para fins de habilitação na presente licitação, (art. 32, § 2º, Lei 8.666/93) e declara, também, sob as penalidades da Lei, que não foi declarada inidônea por qualquer **ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**, em qualquer de suas esferas, Federal, Estadual, Municipal e no Distrito Federal, e de que não está impedida de licitar ou contratar com a CODEVASF (art. 87, inciso IV, Lei 8.666/93), declara ainda, encontrar-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal.

Cidade, data

Assinatura do representante legal

Nome: _____

Função: _____



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL - MI
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA
3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

ANEXO II
TERMO DE PROPOSTA
ITEM _____

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE/FAX:

Á

3a. Superintendência Regional da CODEVASF

CEP: 56.304-914

Rua Presidente Dutra, 160 – Centro – Petrolina/PE

Prezados Senhores,

Tendo examinado os documentos da presente licitação, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para o Edital ____/2017, que tem por objeto o fornecimento de 6.600 (seis mil e seiscentos) vasilhames plásticos retornáveis, galões contendo 20 (vinte) litros de água mineral para a Sede da 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, Projeto Pontal e Centro Integrado de Recursos Pesqueiros e Aquicultura de Bebedouro, localizados no município de Petrolina, no Estado de Pernambuco, para o Item _____, pelo valor total de R\$ _____ (VALOR VENCEDOR, POR EXTENSO, APÓS A FASE DE LANCES), conforme o quadro especificado abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO (VENCEDOR)	TOTAL
	(Descrição completa e detalhada do item a ser fornecido, conforme especificação exigida no Edital, indicando claramente o fabricante/marca, prazo de validade e as características físicas e químicas da água).				

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a realizar o fornecimento no prazo semanal durante 12 (doze) meses, a contar da emissão da ordem de fornecimento mensal.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas (____/____/____), representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Declaramos, que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em pauta, e ainda, que concordamos plenamente com as condições constantes no presente Edital e seus anexos, e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos e despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o fornecimento.